

ESPECULAÇÕES EM TORNO DA 'CULTURA INFLACIONÁRIA' E SUA APLICABILIDADE PARA O BRASIL

Alexandre Lyra Martins¹ *

INTRODUÇÃO

O processo inflacionário brasileiro vem de muitos anos atrás e tem sido estudado tanto quanto sua intensidade na décadas dos 80. Embora a inflação tenha se reduzido a patamares significativamente baixos após a implantação da última reforma monetária (introdução do plano 'real'), as taxas divulgadas para os dois primeiros anos pós-reforma tem ressaltado a existência de um resíduo inflacionário persistente e resistente às políticas macroeconômicas tradicionais. Observa-se que o atual governo realizou um competente programa de desindexação da economia, abriu o país ao comércio externo, além de manter elevada a taxa de juros e, no entanto, consegue êxito apenas relativo no combate à inflação (sua prioridade na política econômica). Não parece haver mais motivos para a subsistência da inflação, que, mesmo assim, desafia a contínua valorização cambial, alheia ao poderoso tratamento a que vem sendo submetida.

Ao examinar o processo inflacionário brasileiro pode-se vislumbrar algumas propriedades do caso brasileiro em relação a outros casos conhecidos de países com inflação acentuada², o que deu margem inclusive à elaboração de uma das poucas e reconhecidas contribuições teóricas brasileiras para a economia; a teoria da inflação inercial³. Porém, entre tantas denominações de inflação caracterizadas pelos estudiosos (inflação administrada, compensatória, etc) e apesar de ser eventualmente comentada em artigos⁴, a chamada 'cultura inflacionária' não logrou maior atenção por parte dos economistas.

Aparecendo na literatura como sinônimo de inflação inercial, a noção de uma 'cultura' inflacionária remete a um horizonte teórico e conceitual mais amplo. Quer-se defender nesse texto o caráter explicativo da cultura inflacionária em relação à inflação inercial, já que os 'inercialistas' constatarem o processo inercial mas não se aprofundam na investigação de suas causas. Para essa corrente, a raiz da inflação inercial estaria no comportamento defensivo dos agentes, que, baseados no passado inflacionário, reajustam 'preventivamente' os preços (esperando a manutenção do padrão inflacionário). Esse raciocínio, contudo, não esgota a discussão e, além disso, remete a elementos culturais.

O objetivo desse texto é examinar a possibilidade da formação de uma cultura em torno do aumento de preços no Brasil, dado o expressivo período no qual a história recente do país esteve imersa no processo inflacionário, como se fosse um mecanismo natural e inerente à sociedade brasileira. Na realidade o 'cultural' é histórico e, como tal, é produzido e produz contextos sócio-econômicos, jogando 'luzes' sobre a compreensão de qualquer processo social. Tentar-se-á mostrar, através da observação da evolução do processo inflacionário no Brasil (de forma a compreendê-lo enquanto processo social), que a teoria econômica isoladamente não consegue explicar integralmente o processo inflacionário em

¹ Professor do Depto de Economia da Universidade Federal da Paraíba e doutorando na Universidade Técnica de Lisboa.

² A inflação depois da implantação do 'real' se situa em torno de 25 % a.a., ou, alternativamente, uma média de 1.8 % ao mês, começando a apresentar uma tendência de queda apenas no início do terceiro ano da implantação do plano 'Real' (algumas estimativas apontam para 10 % a.a.).

³ Sobre as especificidades do caso brasileiro ver por exemplo BRESSER PEREIRA e NAKANO (1991, p. 119-159).

⁴ Corrente desenvolvida por economistas brasileiros, especialmente por ARIDA (1986) e LOPES (1986).

⁵ FONSECA (1995), por exemplo, comenta brevemente o termo 'cultura inflacionária' e sua consistência teórica.

economias cronicamente inflacionadas, o que remete à interferência de elementos culturais.

Certamente é complexa a análise científica do processo sócio-econômico proposto, dado o nível de abstração da variável cultural, no entanto, procurar-se-á trabalhar teoricamente com a cultura inflacionária, situando-a na fronteira entre o conhecimento econômico e o cultural.

ESPECIFICIDADES DO PROCESSO INFLACIONÁRIO BRASILEIRO

O Brasil convive com taxas elevadas de inflação relativamente ao resto do mundo, especialmente considerando os países mais desenvolvidos⁶, desde a década dos 50. Trata-se de um período prolongado de convívio que proporcionou a execução de diversas políticas de combate à inflação, resultando no acúmulo de experiência sobre a matéria. Desse longo processo emergem algumas particularidades do caso brasileiro de 'inflação crônica', que não se repetem em outros países, diferente de variáveis como a 'estagflação', fenômeno relativamente frequente, recentemente, em algumas economias capitalistas.

Uma primeira característica é a chamada 'indexação'. Há uma unanimidade quando se trata de reconhecer esse fenômeno como uma particularidade significativa do caso brasileiro. Segundo SILVA (1993) "... Há décadas o país convive com inflação alta graças à indexação generalizada. ...". Conforme FONSECA (1995, p.192), esse seria um instituto tipicamente nacional que "... ilustra perfeitamente a possibilidade de ocorrência da adaptação nociva no campo da economia." Alguns apontam para o uso desse mecanismo em outros países⁷, no entanto, o que individualiza o Brasil nesse item é o tempo em que foi mantido; praticamente uma década (encerrando-se só recentemente com o processo de desindexação via U.R.V. e sua posterior extinção).

SIMONSEN (1995, p. 1), em investigação aprofundada com base no retrospecto histórico sobre o tema, afirma que "... nenhum país desenvolveu um sistema de indexação tão sofisticado quanto o adotado pelo Brasil até recentemente." Para esse autor, contudo, as principais razões para isso ter acontecido foram: a própria inflação alta e a institucionalização da correção monetária por parte do governo (haveria a possibilidade de uma política 'neutra', que não proibisse nem patrocinasse a inflação), ou seja, a indexação em si seria a principal causa da inércia inflacionária (1995, p.9).

Uma segunda e decisiva particularidade do caso brasileiro são os níveis extremamente altos das taxas de juros. Trabalhando com a taxa de juros real como indicador da remuneração do capital financeiro, pois expurga a inflação, BATISTA JUNIOR (1995), conclui entre números de amostra significativa do globo (38 países), que, até poucos meses antes da publicação do seu artigo, "... o Brasil pratica as mais altas taxas de juros reais." Apenas essa constatação não é suficiente, uma vez que a média nacional poderia se situar próxima da média mundial; o que não ocorre. Daí, segundo o autor, " Não pode haver dúvida, portanto, de que as taxas de juro brasileiras constituem uma aberração em termos internacionais."

A razão encontrada pelo autor para tal fato é econômica e de curto prazo: "... Serve, por um lado, para atrair os capitais externos necessários ao financiamento do déficit de balanço de pagamentos em conta corrente. Produz, por outro, a compressão do nível de atividade ...". Além de possuir as maiores taxas de juros, é preciso ressaltar que a esses níveis de juros corresponde uma excelente rentabilidade histórica ao setor financeiro nacional. Conforme FOLHA/FINANÇAS - ESPECIAL, em 1994 a " rentabilidade do setor foi, ... , de 12,8 %, contra 12,3 % em 1993."

⁶ Conforme CARVALHO (1990, p. 63).

⁷ Como os países Latino Americanos, conforme BRESSER PEREIRA e NAKANO (1991, p. 62).

* O FMI registra o uso de ' mecanismos de indexação ' na Argentina, Brasil e Uruguai (ver em BELLUZZO, 1993).

Sabe-se que o mercado financeiro nacional se desenvolveu especialmente na década dos 80, quando os patamares da inflação brasileira deram um salto quantitativo, estando constantemente muito perto da chamada 'hiperinflação'. Durante esse período, mais de uma vez o processo inflacionário foi abortado, mas não evitou-se sua retomada e transformação em 'hiperinflação'. A moeda nacional foi várias vezes substituída e assim manteve precariamente sua função de unidade de conta, ainda que amparada pelo processo de indexação persistente. Não houve o desenrolar característico da 'hiperinflação', como ficou evidenciado nos países latino-americanos⁹, mas sim sua persistência em níveis bastante elevados.

A prática regular de elevadas taxas de juro nos últimos anos não pode ter o significado restrito que a macroeconomia tradicional atribui à alta ocasional dos juros. Para a teoria macroeconômica clássica a inflação decorre de um aumento na quantidade de moeda emitida; uma decisão que o governo toma quando necessita (geralmente quando está endividado). Mesmo para a macroeconomia moderna (neoclássica ou pós-keynesiana), entretanto, a taxa de juros é um canal de comunicação das autoridades monetárias com o mercado e assim, o governo sinaliza o patamar das taxas de juros no momento em que negocia seus títulos no mercado. Quanto maior a necessidade de financiamento do Estado, mais o governo é forçado a aumentar sua taxa de juros para vender seus papéis. A credibilidade do governo nesse processo se reduz e realimenta expectativas negativas em relação à economia. A relação entre déficit público e inflação passaria pelo termômetro da credibilidade. Assim, a alta inflação brasileira seria diretamente proporcional à gigantez do déficit público nacional, que, ademais, refletiria o pequeno grau de confiabilidade a que o Estado brasileiro faz por merecer.

Em verdade essa última hipótese não foi comprovada empiricamente, demonstrando mais uma vez a vulnerabilidade das hipóteses exclusivamente econômicas. Segundo BRESSER e NAKANO (1991, p. 74-75) ou LOPES (1986, p. 166), não é possível estabelecer uma correlação entre o coeficiente déficit público / Produto Interno Bruto e taxa de inflação, bem como também é frágil a relação entre aumento do déficit público e aumento da inflação, já que se verifica vários casos que fogem à regra.

Por fim, pode-se elencar a evolução paralela ao longo do mesmo período de tempo em que se consolidou o processo inflacionário brasileiro, do processo de redistribuição de renda, gerando uma das piores distribuições de renda do mundo. Inicialmente colocado em termos de uma redefinição do padrão de acumulação nacional, a estrutura de renda nacional atual se mostra anacrônica frente aos novos padrões de competitividade nacional, confirmando o enquadramento do Brasil na condição de país que viu o 'modelo' de acumulação se verter contra ele próprio.

Alguns autores exprimem de forma caótica uma impressão predominante no período inflacionário recente, que reflete bem a relativa perplexidade em relação ao momento histórico que presenciavam. Para SILVA (1993) há uma "... falsa indignação em relação à inflação. Há décadas o país convive com inflação alta graças à indexação generalizada. Gerações inteiras prosperaram sob a égide da inflação no país. Muitos têm daí extraído enormes vantagens.", ou seja, chega a indicar a propensão da classe dominante em extrair todas as possibilidades de ganhos, ainda que o uso até a exaustão desses mecanismos implique em piora do contexto econômico nacional como um todo.

Por trás desse argumento estaria a concepção de que a elite local se preocupa apenas com ela própria, numa visão de curtíssimo prazo na qual o país passa para plano secundário; o que se reflete bem na distribuição da renda e na estrutura agrária extremamente concentradas. Além dessas características sociais, outras, como a impunidade, demonstram os resultados da aliança entre o desejo de uma classe dominante em obter benefícios de qualquer natureza e a convivência a-crítica de uma massa de proletários, excluídos de qualquer integração econômica. O que pode ser discutido em relação a essa lógica é o grau de autonomia das elites locais frente ao poder

⁹ Ver BRESSER PEREIRA E FERRER (1991, p. 5).

econômico internacional e, portanto, questionar a intencionalidade ou a iniciativa dos representantes do capital local, nessa 'volúpia' aparente pela concentração da renda.

FONSECA (1995, p. 192), falando em 'adaptação nociva' ao processo inflacionário, detecta que a sociedade brasileira "... foi se adaptando progressivamente a conviver com ele; usando toda a nossa criatividade e capacidade de acomodação para este fim." Essa acomodação enquanto processo cultural demanda um outro longo percurso de mudança de valores, e evidentemente "... sair da estufa inflacionária será um processo bem mais difícil e delicado do que muitos imaginam. ..." (FONSECA, 1995, p. 194).

ANTECEDENTES TEÓRICOS

Partindo da formulação de um conceito embrionário para a expressão 'cultura inflacionária' que sirva de referencial para a discussão que segue, uma vez que não encontrou-se na literatura pesquisada menção objetiva a esse, pode-se basear no significado dos dois termos que a compõem; compreendendo-os mutuamente. Segundo FERREIRA (1986, p. 508), a cultura pode ser vista como o "complexo dos padrões de comportamento, ..., transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade" e também como "o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; " Já aqui vê-se o entrelaçamento da cultura com a economia, posto que diz dos comportamentos e do desenvolvimento social.

'Inflacionário', por sua vez, é algo que promove a inflação (a alta contínua e persistente no nível de preços), cultura inflacionária seria o conjunto de comportamentos estabelecidos ao nível de oferta ou de demanda da produção agregada (sendo determinantes um dos dois fatores, ou ambos reciprocamente), que resulta em elevação do nível de preços. Uma cultura estabelecida pode ser consequência de uma série de comportamentos estritamente econômicos e de curto prazo, mas só no longo prazo pode-se observar a consolidação de hábitos diversos.

Desta maneira, serão selecionados alguns teóricos que trabalharam com a inflação de longo prazo, abrindo possibilidades explicativas mais amplas que a determinação puramente monetária, ou seja, o entendimento de que a inflação é consequência do excesso de moeda na economia. Notadamente, a exposição desses autores obedecerá ao critério cronológico, após a qual tentar-se-á aglutinar os principais elementos teóricos para a fundamentação da categoria em questão.

Nas obras de alguns dos principais teóricos em economia, a moeda sempre aparece em algum momento, ocupando maior ou menor espaço dentro do escopo geral que constitui a contribuição particular de cada autor. Estando muitas vezes implícita nessas teorias, a inflação só passou a ser objeto central da análise econômica com seu agravamento e surgimento das primeiras hiperinflações; posteriores à primeira guerra mundial. Para efeito do problema que vai ser tratado aqui e para compreender inicialmente a inserção do tema na teoria econômica, escolheu-se dois dos principais referenciais da ciência econômica; Marx e Keynes.

Mesmo tendo esses autores escrito algumas das mais importantes contribuições da análise econômica, suas abordagens não tinham como preocupação maior a inflação¹⁰, mas a tentativa de compreender o funcionamento da economia como um todo e problemas relacionados à produção. Como se sabe, Marx buscava entender a lógica da acumulação capitalista, enquanto Keynes centrava seus estudos na crise de produção. Em suas obras a inflação não aparece como um problema de ordem exclusivamente monetário, mas ligado às particularidades do capitalismo; daí a escolha desses referenciais.

¹⁰ Em obras secundárias encontra-se a inflação como temática principal, como em 'Inflação e Deflação' de Keynes. Ocorre que, até nessa obra não há uma discussão aprofundada da natureza da inflação, repetindo argumentos 'economicistas' (centrados nas variáveis econômicas).

Começando por Marx, no cap. 3 do livro 1 de O Capital, está enunciada sua lei do curso do dinheiro, onde introduz a idéia do dinheiro como símbolo de valor. Dentro da terminologia que lhe é peculiar, Marx observa que a fonte de valor original da moeda está no trabalho contido nela. Processos históricos fazem descolar a denominação monetária das denominações correntes de peso. Sendo o papel-moeda a síntese final desse processo, ele é símbolo de valor e só o mantém na medida em que o Estado honrar sua vinculação inicial de valor, emitindo o correspondente à quantidade de metal que o lastreia.

O dinheiro é apenas mais uma mercadoria que tem seu valor relativo frente às demais. Autonomizado, sua circulação passa a depender do Estado e acrescenta-se uma variável à análise; a credibilidade. Segundo MARX (1985, p. 109) "... Ultrapassa o papel, porém, sua medida, isto é, a quantidade de moeda de ouro com a mesma denominação que poderia circular abstraindo-se o perigo do descrédito geral, ... Somente na medida em que representa quantidades de ouro, que são também, como todas as quantidades de mercadorias, quantidades de valor, a moeda papel é signo de valor." Observa-se aqui um embrião da possibilidade teórica do descontrolo do endividamento do Estado, um dos requisitos do que depois passou-se a designar na literatura especializada de inflação crônica. É a imperfeição da 'mão humana' sabotando a perfeição da 'mão invisível' da economia capitalista.

As causas econômicas do processo inflacionário crônico e especialmente o caso brasileiro foram estudadas por diversos autores, que apontaram como evento imediatamente ligado a essa inflação o processo de descontrolo das contas públicas, ao qual Marx fez referência. Entre outros, pode-se citar BELLUZZO (1993): "Poucos têm dúvidas quanto à origem deste processo crônico e assustadoramente instável: o colapso do financiamento externo e a correspondente 'crise fiscal' ...", e SILVA (1993): "Inflação é sempre produzida por um déficit público mal financiado ...". Porém, é preciso ressaltar que na maior parte dos casos o Estado enquanto agente catalisador dos conflitos sócio-econômicos apenas sanciona processos exteriores a ele, conforme BRESSER PEREIRA e NAKANO (1991, p. 24):

"Obviamente, seria impensável atribuir à incompetência e demagogia dos governos em todo mundo o aumento generalizado das taxas de inflação e a estagflação. Cumpre, portanto, buscar os fatores que podem determinar endogenamente, o aumento originário dos preços, o qual, em seguida, provocará o aumento de M (quantidade de moeda), que reforçará o aumento de p (nível geral de preços).

Seguindo ainda BRESSER PEREIRA e NAKANO (1991, p. 25), haveriam basicamente três correntes teóricas aptas a explicar 'aumentos originários no nível de preços: a teoria keynesiana, a inflação estrutural e a inflação administrada. Os próprios autores, entretanto, admitem a necessidade de "sistematizar uma teoria sobre a inflação adaptada ao capitalismo oligopolista e tecnoburocrático dos nossos dias. " ... Para isso procuramos montar um modelo teórico de inflação que não apenas abandona os pressupostos de competição perfeita e equilíbrio automático no pleno emprego dos economistas neoclássicos mas também o pressuposto keynesiano de preços fixos até o nível de pleno emprego." (BRESSER PEREIRA e NAKANO, 1991, p. 8). O modelo a que se refere é a teoria inercialista, a qual será objeto de considerações desse texto ao final dessa seção, como contribuição mais recente ao debate em torno da inflação brasileira.

A segunda referência de análise é o próprio Keynes, que, embora ultrapassado para explicar contextos inflacionários contemporâneos (particularmente a convivência da inflação com a estagnação econômica, conforme pode se constatar no parágrafo anterior), enfatiza o ingresso das economias capitalistas na fase da 'incerteza' (tomando emprestado a expressão de Galbraith); uma fase mais complexa em que a credibilidade das instituições tem sua importância ressaltada como ponto central da estabilidade capitalista.

Nesse ponto, há um retorno à concepção da ciência econômica enquanto ciência social, recuperando, sob o ponto de vista Keynesiano, o papel dos elementos comportamentais do homem. Quando Keynes trabalha com o conceito de 'preferência pela liquidez', por exemplo, nota-se o distanciamento do homem econômico racional clássico ao mesmo tempo em que introduz a noção de variação do comportamento em função das condições gerais da economia. Daí o autor introduz um conceito importante para compreender sua obra; as 'expectativas'. Toda a dinâmica econômica vai depender da subjetividade dessa categoria e assim é injetada na teoria uma variável que confere um grau de imprecisão às relações econômicas que muitas vezes não agrada aos que acham ser possível quantificá-las perfeitamente¹¹.

Argumentando acerca do fator credibilidade Keynes diz, por exemplo, que "Evidentemente, Lênin estava correto. Não há forma mais sutil e segura de destruir os alicerces da sociedade do que a desmoralização de sua moeda. Esse processo engaja todas as forças ocultas das leis econômicas do lado da destruição, e o faz de um modo que nem um homem em um milhão é capaz de diagnosticar"¹². Nesse raro momento de humildade frente a um teórico com o qual discorda na maior parte de suas idéias, ele admite a possibilidade e insinua o desencadear de um processo social gerado pela desorganização das relações econômicas por trás da circulação da moeda e é incisivo ao afirmar a complexidade dessa 'última instância' de fatores causais. Pode-se notar aqui uma área de interseção entre a teoria econômica e uma abordagem estritamente social da moeda, teorizada por AGLIETTA e ORLEAN.

A dimensão social da moeda tomada exclusivamente desse ponto de vista está sintetizada em AGLIETTA e ORLEAN (1990), no momento em que lançam mão de arcabouço antropológico para explicar a moeda como categoria em que são canalizados os antagonismos sociais. Até o ponto em que a sociedade, através do poder público, consegue equalizar as variáveis econômicas, tem-se uma organização social e uma moeda estável, mas quando há desequilíbrio, a moeda é o canal por meio do qual se expressa toda violência das relações capitalistas de produção. O apoio maior do valor da moeda seria a coesão social, não importando o suporte que ela tenha em termos de riqueza real, de quantidade de trabalho inserida ou o quanto ela reflita a lei da oferta e procura do material metálico.

DA INFLAÇÃO 'MODERADA' PARA A INFLAÇÃO 'CRÔNICA'

Para um grupo de pensadores ligados à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), especialmente Celso Furtado, Raul Prebisch, Maria da Conceição Tavares, entre outros¹³, alguns países teriam singularidades tais que poderia-se caracterizá-los em separado o que os levou a propor uma dinâmica própria para eles, relacionada à sua inserção econômica mundial. A condição de 'periferia' econômica de países como o Brasil, teria raízes históricas no mercantilismo e se manteria no capitalismo, em função da lógica do capital se adaptar a estruturas sociais com características diversas, desde que sirvam ao processo de acumulação global. A partir do advento teórico da Escola Cepalina, por volta do final dos anos 50, alguns desses países tentam suplantá-la essa situação histórica com o processo de substituição das importações via industrialização, a forma de política econômica encontrada pelos teóricos dessa vertente para que as nações subdesenvolvidas alçassem à condição de desenvolvidas.

A dependência a que a escola 'CEPALINA' faz referência se estende ao ambiente interno e à formação de economias como a brasileira, reconhecendo diferenças culturais

¹¹ Há, inclusive, uma vertente que bascia sua contribuição na quantificação do conceito de expectativas. Trata-se da corrente das 'expectativas racionais'.

¹² Ver KEYNES (1985, p. 291).

¹³ Sobre a teoria e a escola 'CEPALINA', consultar entre outros MANTEGA (1984, p. 32-48, p. 78-102) ou BIELCHOWSKY (1988, p. 157-212).

entre as colônias que se libertaram da condição de subdesenvolvimento para as que não conseguiram se superar. A argumentação de Furtado, contudo, pouco ultrapassa os aspectos econômicos, pois para ele a 'terceira linha de desenvolvimento do capitalismo industrial', na qual o Brasil está inserida, implica em "... criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo"¹⁴.

Em alguns pontos de sua obra, contudo, Furtado remete diretamente à questão cultural, dando um enfoque salutar à apreciação dos problemas brasileiros, complementando a teoria econômica com elementos antropológicos. Justificando a rigidez de alguns setores da economia, por exemplo, esse autor acaba buscando a explicação para esse problema num comportamento arraigado dos empresários locais, que "... relutam em penetrar nos setores novos para eles"¹⁵.

Dentro das particularidades dos países 'periféricos', pode-se elencar a inflação 'estrutural'. A inflação 'estrutural' é a contribuição dos Cepalinos para a compreensão da, ainda embrionária, inflação 'crônica'. Conforme RESENDE (1990), essa última seria um "... processo de alta generalizada dos preços em ritmo acelerado e por um período de tempo suficientemente longo para que sejam desenvolvidos mecanismos generalizados de indexação retroativa dos contratos". Para os estruturalistas da CEPAL haveria um componente de oferta na inflação dos países 'periféricos'. A inflação seria basicamente de oferta por algumas razões, mas principalmente porque não se verificava pressões de demanda numa sociedade com mercado interno restrito.

Ao optar pela política industrializante os governos dos países periféricos acabaram sancionando a criação de uma demanda extra que crescia mais rápido que o crescimento da oferta, o que resultou numa pressão nos preços pela demanda. O que particulariza os processos inflacionários persistentes observados nas economias subdesenvolvidas, especialmente a partir dos anos 50, é justamente sua permanência em patamares altos, de forma a não consubstanciar em hiperinflações clássicas, em que a resolução do caos gerado pela corrosão da moeda é abrupta. Pode-se dizer que houve recentemente (anos 80), no Brasil e em outras nações 'periféricas', processos de 'inflação crônica', tal o patamar inflacionário mantido ao longo desses anos. O fato de absorverem as experiências do passado em si já explica em parte a criação dos mecanismos de indexação, pois não é do interesse no sistema capitalista como um todo se chegar ao nível de conturbação do desenrolar final da hiperinflação, como se verificou na Alemanha ou na Hungria em torno dos anos 20.

O 'ambiente inflacionário' verificado em países como o Brasil, teria sido produzido por exigências externas às nações cronicamente inflacionadas. Por esse raciocínio, assim como a inflação teria um caráter de 'funcionalidade' dos anos 50 a 60 para os estruturalistas¹⁶, também a indexação dos anos 70 / 80 estaria relacionada a uma maior preocupação do capital internacional com a estabilidade da atividade produtiva e a manutenção das relações contratuais, do que com a estabilidade dos preços. Daí, pode-se interpretar as inflações crônicas recentes em países periféricos como um processo de determinação externa, já que também o capital tinha interesse na perpetuação de um mínimo de ordem no modo de produção pelo mundo. A mudança do padrão de acumulação dos países subdesenvolvidos, em virtude da adoção de políticas desenvolvimentistas, e suas implicações no contexto contemporâneo não podem ser compreendidas sem se observar a inserção e integração desses países com o resto do mundo, especialmente com as potências 'centrais'.

Todos esses aspectos apontam para uma predominância do fator econômico sobre os demais até a década dos 70. A partir dos anos 80, no entanto, quando se verifica a

¹⁴ Extraído de BIELSCHOWSKY (1988, p. 165).

¹⁵ Extraído de BIELSCHOWSKY (1988, p. 174).

¹⁶ Conforme CARVALHO (1990, p. 63).

consolidação da 'inflação crônica', pode-se concluir inversamente por uma 'disfuncionalidade' no processo inflacionário, na medida em que esse passou a ser indesejável, tanto interna como externamente. Se a inflação funcionou como mecanismo que permitiu uma acentuação do processo de acumulação de capital através da concentração de renda, a partir de meados da década dos 80 esse 'modelo' se exaure no momento em que gera as piores distribuições de renda do mundo. Dessa forma, o que teria surgido para ser a solução acabou transmutando-se em obstáculo, no caso, o instrumento alternativo de política econômica (indexação) se transforma em elemento cultural e passa a condicionar o econômico.

Se o conceito de cultura inflacionária cabe bem numa interpretação Cepalina do processo inflacionário brasileiro, também a perspectiva pós-keynesiana comporta a possibilidade de uma categoria desse tipo, na compreensão de casos como o brasileiro. CARVALHO (1990, p. 68), por exemplo, abordando precisamente o conceito de inflação alta¹⁷, reconhece que, se antes da Segunda Guerra Mundial a inflação 'normal' era a eventual, em razão da natureza das relações privadas de produção, após esse evento "... a inflação passa gradativamente a tornar-se ela própria parte da 'normalidade'". Entre os argumentos usados para justificar esse processo inflacionário, o autor destaca como frequentes os de ordem política e estrutural, e, especificamente, a produção de uma cultura econômica, relacionada à redefinição do papel do Estado no período 50/60¹⁸.

Segundo CARVALHO (1990, p. 64), "Na visão Keynesiana, a incerteza que permeia as decisões privadas em uma economia empresarial é ineliminável, mas a sociedade desenvolve instituições que permitem reduzi-la ou socializá-la de modo a viabilizar atividades produtivas complexas e demoradas." O contexto inflacionário em si enseja o surgimento de expectativas inflacionárias, mas só a criação de mecanismos com o fim de minimizar as incertezas, os indexadores, consolida a irreversibilidade do processo. Na alta inflação as condições institucionais "... permitem indefinidamente a operação da economia numa situação de desequilíbrio." (CARVALHO, 1990, p. 74).

Ao passar para a investigação da hiperinflação, o autor supracitado ressalta o papel de mudanças comportamentais afetando o sistema de contratos. A natureza imprecisa dos processos de alta inflação e hiperinflação e suas similaridades, no entanto, embasam e dificultam a análise. Conceitualmente, no entanto, pode-se estabelecer diferenças com relação à alta inflação, obtendo parâmetros mínimos de investigação. A hiperinflação aconteceria quando as expectativas de inflação futura se tornam o elemento fundamental na formação de preços, o que remete à formação de uma cultura inflacionária (na medida em que há um processo social e a inflação só é sancionada quando há unanimidade entre os agentes em torno do crescimento da inflação).

O mais importante para efeito da discussão colocada aqui é o reconhecimento, também dessa vertente, que "As hiperinflações europeias tiveram lugar em economias não habituadas à inflação ... Em tempos recentes, a hiperinflação é uma ameaça em países há muito habituados à inflação, como o Brasil e a Argentina, entre outros. A transição para a hiperinflação nestes países necessariamente teria características diferentes" CARVALHO (1990, p. 76). Isto significa dizer que o marco que separa as experiências europeias dos casos recentes é de ordem cultural, já que o autor fala em 'hábitos'. Então, pode-se observar um substrato similar por trás das abordagens pós-keynesiana e Cepalina na explicação das inflações crônicas recentes, qual seja; a produção de um ambiente

¹⁷ 'Alta inflação' para CARVALHO ocorre quando "... as taxas de crescimento dos preços são tão elevadas que a denominação de contratos na moeda legal da economia se torna inviável." (1990, p. 72) "Neste sentido, ... surge com uma inovação institucional: a indexação de contratos." (1990, p. 73). Pode-se perceber uma similaridade com a concepção de 'inflação crônica', pois como diz RESENDE (1990): "... é um processo de alta generalizada dos preços em ritmo acelerado e por um período de tempo suficientemente longo para que sejam desenvolvidos mecanismos generalizados de indexação retroativa dos contratos."

¹⁸ Conforme CARVALHO (1990, p. 69).

inflacionário decorrente do convívio prolongado com a inflação, que por sua vez colaborou decisivamente com o prolongamento da própria inflação. Na visão pós-keynesiana, em algumas circunstâncias a inflação teria - se incorporado à 'normalidade' do processo econômico, transformando-se em processo crônico em consequência da 'cultura inflacionária' gerada nesses países.

Persistem, contudo, divergências na interpretação geral dessas vertentes teóricas acerca do funcionamento do capitalismo, pois os pós-keynesianos não aceitam, por exemplo, a divisão estabelecida pelos Cepalinos entre países periféricos e centrais. Independente dessas diferenças, há em ambas correntes teóricas a percepção e o reconhecimento do fenômeno econômico como resultante da interação de elementos sociais diversos e de determinação complexa, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas atingidas no capitalismo. Ao analisar o processo de inflação crônica, portanto, as duas teorias apontam num mesmo sentido, que é o da cultura inflacionária.

Por fim, pode-se complementar as possibilidades de referencial teórico comentando a teoria da inércia inflacionária. Os principais responsáveis pelo desenvolvimento dessa teoria foram ARIDA (1986) e LOPES (1986), entre outros¹⁹, sendo que, pode-se encontrar em outros autores uma exposição desse corpo teórico; como em BRESSER e NAKANO, ou ainda numa perspectiva comparativa de análise com a teoria pós-keynesiana em BIER, PAULANI e MESSENBURG (1987).

De acordo com LOPES (1986, p. 121), "O ritmo de elevação dos preços é periodicamente perturbado por determinados impulsos inflacionários ou deflacionários que resultam de ações, exitosas ou não, dos agentes econômicos visando alterar preços relativos. Esses impulsos são o que denominamos de *choques inflacionários*". "O resíduo não explicado pelos choques é uma componente de inflação pura, que denominamos de *tendência inflacionária*. ... Existem basicamente duas hipóteses sobre a natureza da tendência inflacionária. O ponto de vista convencional dominante na literatura estrangeira explica a tendência com base nas expectativas inflacionárias. A hipótese alternativa, que defenderemos aqui, explica a tendência em termos de inércia inflacionária que resulta de um padrão rígido de comportamento dos agentes econômicos em economias cronicamente inflacionadas." (LOPES:1986, p. 122). O diferencial de argumentação se estabelece a nível temporal, pois para LOPES (1986, p. 124) "... na ausência de choques inflacionários a inflação é determinada pela inflação passada, independente do estado das expectativas", no caso, as previsões econômicas para um futuro próximo.

Para ARIDA (1986, p. 17) "a inflação torna-se inercial quando os contratos têm cláusulas de indexação que restabelecem seu valor real após intervalos fixos no tempo. O ponto central da inflação inercial é o de que o reajuste do valor nominal dos contratos em 100% da inflação verificada num período prévio não garante a meta de um valor real constante". Novamente aparecem semelhanças entre os diferentes prismas teóricos. Também o pós-keynesianismo admite "... a adoção de defesas sistemáticas e não apenas eventuais contra a corrosão do poder de compra da moeda." (CARVALHO, 1990, p. 72).

Tanto a concepção pós-keynesiana quanto a dos economistas ditos 'heterodoxos', coincidem no tocante à determinação das expectativas futuras com base no passado como elemento crucial para o entendimento do processo inflacionário crônico. Consequentemente, o processo histórico é referência básica para a explicação desse tipo de fenômeno para essas teorias. As duas vertentes referidas no princípio desse parágrafo adotam a perspectiva de um passado próximo, algo que remeta até o princípio do processo em si (no caso do Brasil, aproximadamente 10 anos) e a determinantes econômicos; a própria inflação (passada) no caso dos inercialistas e ao conjunto da economia, no caso dos pós-keynesianos.

¹⁹ Conforme ARIDA (1986, p. 33), além dos dois citados, pode-se elencar: André Lara Resende, Eduardo Modiano, Edmar Bacha e Mário H. Simonsen.

UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A CULTURA INFLACIONÁRIA

A 'cultura inflacionária', portanto, é uma categoria pertinente em relação a essas teorias, já que se pode enquadrá-la dentro desses escopos sem agredir ou conflitar com os supostos de análise de cada uma. É natural que haja uma diferença interpretativa quanto ao termo, tendo em vista que partem de visões distintas da realidade econômica. O importante é que, mesmo considerando essas divergências, cada uma das relevantes contribuições analíticas da teoria econômica aqui citada comporta a noção de uma 'cultura inflacionária', sempre apontando elementos adicionais para a compreensão do processo inflacionário de longo prazo.

Enquanto concepção histórica, no entanto, essa categoria remete em última instância à formulação marxista, onde encontra embasamento mais consistente para a relação entre os aspectos econômicos e os culturais. Marx coloca a possibilidade de aspectos sociais se revelarem condicionantes do processo econômico, a partir do momento em que o próprio ambiente econômico crie condições para tal, pois a regra na interação desses elementos é predominar a variável econômica (representada pelo desenvolvimento das forças produtivas), sobre os demais aspectos sociais.

Segundo Marx, uma sociedade pode ser dividida em duas grandes categorias, através das quais pode-se entender seu movimento básico ao longo da história²⁰. A estrutura econômica compreende o aparato técnico-material e as relações de produção que proporcionam a realização da produção; é a base de sustentação da sociedade. Por outro lado e ao mesmo tempo, existem formas sociais diversas como a política, a cultura e as artes, entre outras, que são manifestação dos valores prevaletentes numa certa sociedade; a chamada superestrutura. Atente-se para o fato de que, para esse autor, os valores propugnados e defendidos pela sociedade seriam os valores da classe dominante.

A cultura no esquema teórico marxista faz parte do campo social, da superestrutura, e assim é produzida pela fase histórica de desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, são partes indissociáveis de um todo e a partir do momento em que estão estabelecidos os padrões culturais esses passam a interagir simultaneamente nas condições sociais de produção. Não seria comum os aspectos extra-econômicos tomarem dimensões maiores a ponto de determinar de alguma forma o desenrolar histórico da sociedade de referência, posto que, em regra, "com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez" (MARX, 1986, p. 25).

O fenômeno estudado pode ser interpretado como um caso em que essa ordem natural dos fatores se altera, admitindo-se uma leitura marxista da realidade estudada. Se por sua vez, o analista não reconhece o aludido escopo teórico e a determinação mútua dos fatores econômicos e sociais na economia, e além disso acredita na soberania do indivíduo econômico e na racionalidade das relações econômicas capitalistas tomadas independentemente de sua contextualização histórica, esses eventos tornam-se secundários e nunca determinantes.

FONSECA (1995, p. 192, 196), por exemplo, mesmo detectando a indexação nacional como um processo que traz repercussões a nível dos procedimentos produtivos 'normais', até o instante em que o país (Brasil, enquanto sociedade) decide combater o problema; dada a dificuldade para sair do ciclo vicioso, prefere concluir pela cultura inflacionária apenas como consequência do convívio prolongado com a inflação. A seu ver, antes de tudo deve-se considerar a inflação como fenômeno monetário, em que

²⁰ Trata-se da teoria elaborada por Marx com base na lógica dialética e no materialismo histórico para explicar a dinâmica fundamental da economia e da sociedade entre a super estrutura (formada pelas instituições diversas que compõem o aparato político e jurídico) e a estrutura econômica (produção social e as relações sociais). Nesse esquema percebe-se claramente a prevaletência do fator econômico sobre os demais. Para Marx, os valores morais e éticos da sociedade estão submetidos aos valores econômicos da classe dominante.

distorções do mercado tem poder explicativo suficiente na defesa dessa tese. Dessa forma, o fato em si, da economia ter permanecido por muito tempo fechada ao comércio exterior tem grande peso na argumentação acerca das razões do recrudescimento recente da inflação brasileira.

A diferença fundamental desse último autor para as demais perspectivas teóricas está, em última análise, na recusa por parte de Fonseca em aceitar a possibilidade desse fator retroagir e vir a determinar num segundo momento o ambiente que o criou, já que todos concordam que houve a produção de condições específicas para a inflação se perpetuar e se acentuar como aconteceu recentemente em alguns países do mundo. De outro lado, estando-se aberto à discussão pode-se, inclusive, confrontar duas correntes alternativas, como por exemplo, a escola inercialista com a tese do lastro social da moeda de AGLIETTA e ORLEAN (1990).

Se por um lado a corrente inercialista é a que menos explora as origens do processo inflacionário, por outro, ela se preocupa com a lógica de sua auto-reprodução. O comportamento 'inercialista' dos agentes, que propicia a perpetuação da inflação, remete a uma sistematização das defesas contra um possível colapso hiperinflacionário. Cruzando a teoria inercialista com a visão antropológica de Aglietta e Orlean, pode-se colocar que a violência a que os autores dessa última corrente fazem menção é substituída por um comportamento defensivo dos agentes no sentido de preservar condições mínimas de acumulação, frente ao prolongamento do processo inflacionário, comportamento esse que adia a resolução do conflito distributivo acerca do produto nacional ao passo que permite paralelamente uma expansão dos ganhos dos segmentos dominantes.

A teoria de Aglietta e Orlean precisa desse pequeno ajuste (exposto no parágrafo anterior) para explicar esses processos recentes de adaptação das economias à inflação. Embora se configure uma teoria social por natureza, originalmente não contempla uma categoria como a cultura inflacionária, ou pelos menos, não na acepção que está sendo conferida aqui a essa variável. Já a escola Cepalina se enquadra bem na explicação dos processos inflacionários recentes, especialmente como descritos pelos inercialistas. As particularidades dos países periféricos acarretam repercussões diversas relacionadas à inserção desses no contexto mundial. Se a economia brasileira, por exemplo, esteve fechada por um período prolongado de tempo, isso se deve a determinações político-econômicas exteriores a ele e que estão relacionadas ao padrão de acumulação global do capital, a circunstâncias de crises de realização ou ciclos expansivos dos países centrais.

Na década dos setenta foi permitido ao Brasil retomar os investimentos e revigorar com isso o processo de acumulação de capital. Ligado a esse processo estava dois outros: o restabelecimento do controle da situação política (instauração dos regimes militares), e a folga de crédito no exterior em função dos 'petrodólares'. No final da década dos setenta veio a inversão nas condições do mercado financeiro internacional, o que desencadeou as crises da dívida e a crise econômica. Desde meados da década dos setenta foram sendo criados os mecanismos de indexação, que permitiam a administrar a expansão do mercado com a economia fechada.

Ao longo da década dos 80 a inflação só se consolidou, gerando consigo a cultura inflacionária, que se disseminou frente à falta de uma alternativa mais consistente da classe dominante para manter o padrão de acumulação do capital sem riscos de colapso localizados em países cronicamente inflacionados. Foi preciso chegar à metade da década dos 90 para se verifica-se a exaustão desse 'modelo' e assim abandoná-lo, dando início a um novo ciclo em que a concorrência é global e cada país entra no mercado com suas potencialidades, expondo diretamente esses países acostumados com inflação e relativa falta de competitividade internacional a um cenário inóspito que força o retorno às condições de 'normais' de produção. Mesmo nessas condições drásticas, praticamente sem transição para esse novo contexto mundial, verifica-se que nesses países, em particular o Brasil (objeto da presente análise), a inflação não cedeu facilmente, demonstrando a força do elemento cultural inflacionário enquanto variável determinante da dinâmica econômica.

Interessantes trabalhos tem sido realizados no sentido de obter outras dimensões da inflação em países cronicamente inflacionados. KERLE (1996), por exemplo, investiga a importância do controle de preços no primeiro governo militar para a obtenção dos níveis de inflação observados no período, num flagrante do uso de mecanismos institucionais na tentativa (bem sucedida, graças à autoridade do governo militar) de deter um processo inflacionário que escapava aos instrumentos ortodoxos de política econômica. Trata-se de mais um indício forte de que o processo inflacionário gerado inicialmente por condições estritamente econômicas relacionadas à condição de país em desenvolvimento, autonomizou-se e passou a ser variável-chave para as decisões econômicas.

NOTAS CONCLUSIVAS

Após examinar tópicos acerca do desenvolvimento do processo inflacionário brasileiro, bem como estudos já realizados e diversos aspectos enfatizados por diversos autores, pode-se observar um poder explicativo do fator cultural sobre esse processo, o que remete à uma delimitação mais ampla para o conceito de 'cultura inflacionária' em relação ao conceito de inflação inercial. A noção de 'cultura inflacionária' incorpora elementos culturais e assim fornece elementos adicionais para compreender a inércia inflacionária de longo prazo verificada em países em desenvolvimento.

A cultura inflacionária, tal como ela é concebida aqui, começou a se formar no Brasil com o início do processo de indexação e se consolidou na década dos 80, quando muitos planos foram formulados na tentativa de controlar a inflação. As evidências permitem ao analista concluir pela categoria cultural exposta, posto que a realidade examinada fornece uma série de elementos que corroboram com a aceitação e aplicabilidade da categoria. Trata-se, também, de uma suposição teórica que está apoiada em referências teóricas consolidadas da teoria econômica e especialmente fundamentada na concepção marxista da sociedade e da economia, que está baseada por sua vez na compreensão metodológica lógico-histórica.

Concordando especialmente com o paradigma Cepalino, pode-se concluir que a inflação crônica que se observou em alguns países periféricos, primeiro foi gerada por uma série de condicionantes externas a esses países, mas posteriormente se transformou em determinante central nas tomadas de decisão dos agentes (ou dos capitalistas, para os marxistas) e assim metamorfoseou-se em fator cultural. O 'interminável' processo de inflação crônica brasileiro é um processo histórico que esconde, como qualquer outro, suas causas no processo histórico (no caso, a mudança do padrão de acumulação e seus desdobramentos para todo desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, incluindo aí a redistribuição de renda ocorrida ao longo do processo de inflação crônica e ocultado por ela). O resíduo inflacionário do plano 'real' é face visível desse processo. A categoria 'cultura inflacionária' é sua síntese.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGLIETTA, Michael e ORLÉAN, André. "A Violência da Moeda". São Paulo, Brasiliense, 1990.
- ARIDA, Pérsio, et al. "Inflação Zero-Brasil, Argentina e Israel". Rio de Janeiro: Paz, e Terra, 1986.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. "O Brasil Continua Campeão Mundial da Usura". In: *Folha de São Paulo*, 05/09/95.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Inflação e Mecanismos de Indexação da Moeda". In: *Folha de São Paulo*, 26/07/93.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do desenvolvimento". Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1988.
- BIER, Amaury G., PAULANI, Leda M. e MESSENERG, Roberto P. "O Heterodoxo e o Pós-moderno: O Cruzado em Conflito". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- BRESSER PEREIRA, Luiz e NAKANO, Yoshiaki. "Inflação e Reces são - A Teoria da Inércia Inflacionária. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BRESSER PEREIRA, Luiz e FERRER, Aldo. "Dolarização crônica : Argentina e Brasil". *Revista de Economia Política*. vol. 11, nº 1, jan/mar, 1991.
- CARVALHO, Fernando J. "Alta Inflação e Hiperinflação: Uma Visão Pós-Keynesiana". *Revista de Economia Política*. vol. 10, nº 4, out/ dez, 1990.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H.. "Novo Dicionário da Língua Portuguesa". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FRANCO, Gustavo, H. B. e PARCIAS JÚNIOR, Carlos. "Inflação, Clientelas e Preços Relativos". *Revista de Economia Política*. vol. 11, nº 3, jul/set, 1991.
- FOLHA / FINANÇAS - ESPECIAL. In: *Folha de São Paulo*, 17/08/94.
- FONSECA, Eduardo Gianetti da. "As Partes e o Todo". São Paulo: Siciliano, 1995.
- KEHRLE, Luiz. "Controle de Preços no Primeiro Governo Militar". *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia*. Salvador, 1995.
- KEYNES, Jonh Maynard. "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" e "Inflação e Deflação". São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção "Os Economistas".
- LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua. "O Choque Heterodoxo; Combate à Inflação e Reforma Monetária". Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- MANTEGA, Guido. "A Economia Política Brasileira". Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.
- MARX, Karl. "O Capital". Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MELHORES E MAIORES - Exame. São Paulo: Abril, 1992 e 1993.
- RESENDE, André Lara. "Uma Ponta de Angústia". In: *Folha de São Paulo*. 9/12/90. 09/12/ 90.
- SERRANO, Franklin Leon Peres. "Inflação Inercial e Desindexação Neutra". In :REGO, José Márcio (org.). *Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- SILVA, Adroaldo Moura. Lições para Combater a Inflação. In : *Folha de São Paulo*, 14/11/93.
- SIMONSEN, Mário Henrique. 30 Anos de Indexação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

RESUMO

O presente artigo busca discutir a possibilidade de uma abordagem teórica alternativa para o problema da inflação crônica de longo prazo, para as experiências recentes em países periféricos como o Brasil. Tomando como ponto de partida o caso brasileiro, o

autor chega à conclusão que pode-se falar na cultura inflacionária enquanto elemento explicativo da inércia inflacionária, pois trata-se de uma componente da inflação em que a teoria econômica não oferece respostas precisas. Essa categoria pode acompanhar escopos teóricos diversos, porém as perspectivas Cepalinas, Keynesiana e Marxista são as que melhor comportam-na.